

## **Governo Lula anuncia emergência climática, mas escolhe, sem critério técnico, pessoas sem experiência para cargos estratégicos no Ibama**

O Governo Lula, por meio do Ministério do Meio Ambiente, anunciou recentemente estado de emergência climática em razão dos incêndios florestais que assolam diversas regiões do Brasil. No entanto, enquanto o discurso oficial enaltece a gravidade da situação e a necessidade de uma resposta robusta, as ações administrativas contradizem a urgência do problema. A ASCEMA Nacional, representando os servidores da área ambiental, denuncia a indicação e possibilidade de nomeação de profissionais sem qualificação técnica adequadas para cargos estratégicos no IBAMA, enfraquecendo as bases da política ambiental do país.

Um exemplo recente dessa incongruência é a possível nomeação de uma pessoa recém-formada para a Superintendência do IBAMA na Paraíba, sem experiência em gestão pública ou conhecimentos profundos sobre a política ambiental. Em 11 de setembro de 2024, a Associação dos Servidores da Carreira de Especialista em Meio Ambiente e do Plano Especial de Cargos do MMA na Paraíba (ASIBAMA-PB) protocolou um ofício junto ao Ministério Público Federal, pedindo intervenção para impedir essa nomeação. O caso reflete o que já ocorreu em outros estados, como no Paraná, onde os servidores também recorreram ao MPF para combater indicações políticas em detrimento de critérios técnicos, experiência e cumprimento de requisitos mínimos.

O IBAMA, órgão essencial para o combate ao desmatamento, queimadas e outras crises ambientais, tem sua eficácia diretamente relacionada à competência e experiência de seus dirigentes. A escolha de pessoas sem o perfil adequado, motivada por interesses políticos, compromete a capacidade de resposta do órgão, especialmente em um momento em que o Brasil enfrenta desafios climáticos sem precedentes. A ASIBAMA-PB destacou que o cargo de Superintendente deveria ser ocupado por servidores de carreira ou por profissionais com experiência comprovada, conforme estipulado pelo Decreto nº 10.829, de 5 de outubro de 2021, que exige, no mínimo, quatro anos de atuação na área ou formação técnica correlata.

A prática de nomeações políticas sem o devido critério técnico, além de ser prejudicial à administração pública, contraria a Portaria Nº 52, de 13 de março de 2023, do próprio IBAMA, que define o perfil profissional desejável para os Cargos Comissionados Executivos (CCE) e Funções Comissionadas Executivas (FCE) de níveis 11 a 17. A falta de observância desses requisitos demonstra o desalinhamento entre o discurso do governo, que prega o fortalecimento da agenda ambiental, e as ações que, na prática, enfraquecem o IBAMA e outras instituições ambientais.

Além disso, a crise ambiental vivida pelo país exige uma resposta coordenada e eficiente, com líderes capazes de implementar ações estruturadas e adequadas. No entanto, o fisiologismo político, que prevalece em nomeações sem critérios técnicos,

prejudica não apenas a imagem das instituições, mas também a efetividade das políticas públicas. A emergência climática, anunciada pelo próprio governo, torna ainda mais evidente a necessidade de um IBAMA forte, tecnicamente capacitado e preparado para atuar em defesa do meio ambiente e da sustentabilidade.

Os servidores da ASIBAMA-PB ressaltam que a Paraíba, assim como outros estados, conta com quadros técnicos altamente qualificados, aptos a assumir funções de liderança e conduzir políticas ambientais de maneira eficaz e transparente. No entanto, essas nomeações políticas desrespeitam a carreira de especialistas e técnicos, que dedicam suas vidas à proteção do meio ambiente e à garantia de um futuro sustentável para as próximas gerações.

Por fim, a ASCEMA Nacional, em conjunto com seus representados, apela para que o Governo Lula reveja sua política de nomeações, privilegiando critérios técnicos e valorizando os profissionais de carreira que, com competência e dedicação, já demonstraram estar à altura dos desafios que o Brasil enfrenta. A crise climática exige mais do que discursos: requer ações firmes, responsáveis e amparadas no conhecimento técnico, que é essencial para a preservação do meio ambiente.

**Brasília, 18/09/2024**

**ASCEMA Nacional**